

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	---	---

Relatório 39¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

05 de agosto de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 38)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 2 – Informações sobre a PEC 32” – o relatório traz 8 informações, com destaque para: - Informação 01 – Comissão debate avaliação e desempenho de servidores públicos; e - Informação 02 – Foi entregue ontem (04/8) Manifesto do Encontro Nacional dos Trabalhadores do Setor Público ocorrido em 30 de julho, iniciativa das Centrais Sindicais.
- No “item 4 – tramitação detalhada” – são apresentadas as tramitações relativas aos dias 03/08 e 04/08, com destaque para o fato de que já foram apresentados **115 Requerimentos** para realização de **Audiências Públicas** e **vários Requerimentos já foram aprovados.**
- No “item 6 – Enquete da PEC 32”, pois são apresentados os dados até 03 de agosto da enquete relativa à PEC.
- No “item 7 - Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL, foi inserido o LINK que dá acesso às **transmissões das reuniões e Audiências Públicas** ocorridas na Comissão Especial.
- Foi acrescido a esse Relatório da PEC 32, o **item 8** – Acesso aos **documentos e apresentações** ocorridas nas reuniões da Comissão Especial, inclusive com as apresentações do dia 04 de agosto.
- No item 9 – Agenda do dia, previsão de audiência pública sobre o tema: Avaliação de Desempenho e Qualificação de Servidores Públicos. **Segundo o Plano de Trabalho da Comissão, as atividades foram reiniciadas a partir de 03 de agosto, com previsões de atividades até o dia 19 de agosto.**

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – **Comissão debate avaliação e desempenho de servidores públicos**

Audiência pretende debater também a qualificação dos servidores públicos

04/08/2021 - 20:06

A Comissão Especial da Reforma Administrativa ([PEC 32/20](#)) realiza audiência pública nesta quinta-feira (5) para debater a avaliação de desempenho e qualificação de servidores públicos. O encontro será às 10 horas, no plenário 2.

Confirmaram presença no debate:

- a professora da Fundação Dom Cabral e ex-Secretária de Planejamento de Minas Gerais, Renata Vilhena;
- o coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), Fernando Freitas;
- o professor da Fundação Dom Cabral, Humberto Martins;
- o presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), Ismar Viana;
- o ex-secretário de Saúde do Espírito Santo, Ricardo de Oliveira; e
- o presidente da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, José Gozze.

Motivação ideológica

O deputado [Tadeu Alencar \(PSB-PE\)](#), um dos autores do requerimento para realização da audiência, disse que apesar de a PEC da Reforma Administrativa ter sido encaminhada como parte do pacote do governo federal para a preservação do chamado [Teto de Gastos](#), "a motivação maior para a sua existência é unicamente ideológica e pautada em uma tentativa de mobilizar a sociedade contra servidores públicos".

"Depois de dois anos anunciando que acabariam com o “parasitismo do funcionalismo público”, o Governo Bolsonaro apresenta uma Proposta de Emenda à Constituição que, surpreendentemente, não veio acompanhada de qualquer diagnóstico, estudo ou sequer dos dados utilizados em sua construção, muito menos de projeções sobre os resultados que pretende alcançar", observou.

Da Redação - RS

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/789620-comissao-debate-avaliacao-e-desempenho-de-servidores-publicos/>)

Informação 02 – Foi entregue ontem (04/8) Manifesto do Encontro Nacional dos Trabalhadores do Setor Público ocorrido em 30 de julho, iniciativa das Centrais Sindicais

Acompanhe a entrega do Manifesto do Encontro Nacional dos Trabalhadores do Setor Público, que está sendo feita, em audiência, ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

→  Assista pela página oficial da Frente no Facebook: <https://fb.watch/7aNccDbjGE/>

◆ FRENTE PARLAMENTAR MISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

https://www.instagram.com/p/CSKw4I-tmqx/?utm_source=ig_web_copy_link

Informação 03 – Oposição quer retirar temporários e comissionados da reforma administrativa

Deputados avaliam que proposta pode levar à contratação de até um milhão de cargos de liderança e assessoramento em prefeituras e governos estaduais

Em audiência pública nesta quarta-feira (4) da Comissão Especial da Reforma Administrativa (Proposta de Emenda à Constituição 32/20), deputados da oposição pediram ao relator, Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), que sejam retirados do texto os dispositivos que permitem a ampliação de contratos temporários e cargos em comissão.

Os parlamentares citaram estimativas de que a proposta do Poder Executivo pode levar à contratação de 90 mil cargos de liderança e assessoramento no governo federal e até 1 milhão em prefeituras e governos estaduais.

Os opositoristas também pediram para adiar a votação da proposta para que haja maior debate com os servidores públicos. Eles consideram apertado o prazo de votação no Plenário, que segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deve ser até o fim deste mês.

O deputado Rogério Correia (PT-MG) teme que a ampliação de contratos temporários e comissionados precarize o serviço público. Ele alertou que estados e municípios poderão fazer contratações antes mesmo da regulamentação da PEC. "Isso significa a extinção do serviço público, com a exceção das carreiras típicas de Estado, que seriam restritas a no máximo 5% dos servidores", comentou.

O deputado Bira do Pindaré (PSB-MA) afirmou que a reforma administrativa vai aparelhar o Estado, incentivar a corrupção e desvirtuar a República. "Vai ser um trenzinho da alegria permanente, com servidores apaniguados dos governantes", teme. Bira do Pindaré defendeu a suspensão do debate da reforma administrativa por causa das dificuldades da pandemia do novo coronavírus. "A população vai ser prejudicada nos serviços mais elementares e temos milhares afetados pela Covid-19. Precisamos do serviço público funcionando", ponderou.

O deputado Ivan Valente (Psol-SP) lembrou que não há estudo de impacto da reforma administrativa e apontou para a necessidade de participação dos servidores públicos no debate. Ele ainda reagiu à previsão de votar a proposta até o fim deste mês. "Esta reforma está fora de hora e de lugar", criticou.

Temporários

Na audiência pública, a diretora da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), Vera Monteiro, observou que os estados e municípios já fazem contratação por tempo determinado em quantidades elevadas e com sérios problemas de governança.

Segundo ela, na comparação entre 1994 e 2017, os temporários passaram de 2% para 8% das contratações de todos os servidores de estados e municípios. Na União, o número subiu de 1,5% para 7,4%. Ela alertou que a proporção de contratos temporários pode chegar a 30% na área de saúde em alguns municípios e até 40% dos trabalhadores de educação em alguns estados.

Vera Monteiro defendeu a uniformização das regras para vínculo por prazo determinado, já que estados e municípios costumam ter definições diferentes para as situações que permitem as contratações. "A União deve ter lei geral, de caráter nacional, para o regime básico de contratação temporária", propôs.

Ela observou que as condições de trabalho também levam à judicialização das contratações temporárias com um número elevado de contestações. "A crítica é que a contratação temporária

leva à precarização. O temporário não tem garantia de décimo-terceiro salário, FGTS ou licença-maternidade."

Vera Monteiro: temporários podem chegar a 30% na área de saúde em municípios

O presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Bob Everson Carvalho Machado, notou que alguns contratos emergenciais para contratação de temporários chegam a ter duração de até oito anos. "Isso é a pressão para acomodar cabos eleitorais dos partidos", acusou.

Machado analisou que falta um diagnóstico sobre a insatisfação com o serviço público, que segundo ele pode ser causada por questões estruturais, pela má indicação de lideranças ou pela escolha dos contratos temporários. "Com a aprovação do texto da PEC e a substituição de todos os cargos de liderança e assessoramento teríamos o colapso absoluto do serviço público em todo o País", alertou.

Seleção

O diretor da Fundação Lemann, Weber Sutti, lamentou que o modelo de escolha de lideranças no serviço público seja por indicação e faltem critérios para seleção e avaliação dos cargos. "O Brasil só aplica provas para acesso aos concursos, mas não há visão de liderança no governo", analisou. "Sistemas de alta direção precisam de pessoas mais aptas, com clareza de perfil com base em competências, mecanismo de seleção transparente e garantia de diversidade de pessoas."

A subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul, Iracema Keila Castelo Branco, apresentou o programa de seleção de lideranças por competência desenvolvido pelo governo do estado. Ela mesma foi selecionada para seu cargo por meio do processo, que leva em conta o perfil do candidato, seu currículo e inclui entrevistas.

Iracema Castelo Branco notou que, ainda que o programa permita a inscrição de candidatos de fora da carreira pública, muitos dos cargos de coordenação e direção foram conquistados por servidores concursados. "O gestor tem que chegar ao cargo por competência, não por indicação política e sem ter conhecimento e preparo para gerir pessoas e acompanhar resultados." Iracema Castelo Branco ainda apontou para a importância das escolas de governo na capacitação de servidores.

Dados sigilosos

O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Fabio Faiad Bottini, alertou que o aumento de cargos comissionados pode aumentar os gastos públicos. Outra preocupação é que haja uma alta rotatividade de chefias, resultando que os servidores serão desmotivados e haverá descontinuidade de projetos. "A ampliação de forma desmedida de cargos temporários e comissionados traz mais problemas do que soluções. No Banco Central, poderiam ter acesso informações sigilosas e depois voltar a atuar no mercado", alertou.

O presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Rodrigo Keidel Spada, também teme que servidores com contratos temporários tenham acesso a informações sigilosas de contribuintes. "Sob a perspectiva do Fisco, a informação sigilosa não pode entrar na mão de pessoas que não têm vínculo perene com a administração pública", argumentou. "A máquina pública pode ser usada para perseguir contribuintes e deixar outros à margem da fiscalização. O Fisco deixaria de ser republicano."

Defesa da reforma

Nesta terça-feira (3), o presidente da Câmara voltou a dizer que a proposta não vai atacar direitos adquiridos. “A reforma visa dar uma melhor condição de serviços do Estado e torná-lo mais leve e previsível, e que os investidores nacionais e internacionais saibam que os gastos serão contidos e vamos analisar os serviços, não o servidor. Não vamos atacar qualquer direito adquirido”, garantiu Lira, afirmando que as mudanças trarão “um Estado mais ágil com regras mais modernas”.

Reportagem - Francisco Brandão - Edição - Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/789678-oposicao-quer-retirar-temporarios-e-comissionados-da-reforma-administrativa/>)

Informação 04 – Comissão da reforma administrativa promove seminário em Santa Catarina

04/08/2021 - 21:04

A Comissão Especial da Reforma Administrativa ([Proposta de Emenda à Constituição 32/20](#)) da Câmara dos Deputados promove seminário nesta quinta-feira (5), às 17 horas, na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).

O evento faz parte da série de eventos que a comissão irá realizar nos estados para debater o assunto. O pedido para a realização dos seminários regionais foi feito pelo deputado [Rogério Correia \(PT-MG\)](#). “A PEC produz impactos na prestação dos serviços públicos, na organização administrativa e servidores públicos nos estados de forma diferenciada, já que os mesmos estão submetidos a realidades diversas”, afirma o parlamentar.

Participarão do debate:

- o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Mario Cezar de Aguiar;
- o prefeito de Araquari (SC) e presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Clenilton Carlos Pereira;
- o diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais do SindiReceita, Geraldo Paes Pessoa;
- o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Sinjusc), Hélio Lentz Puerta Neto; e
- o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL/SC), Ivan Roberto Tauffer.

O seminário será coordenado pelo deputado [Darci de Matos \(PSD-SC\)](#).

Da Redação - AC

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/789684-comissao-da-reforma-administrativa-promove-seminario-em-santa-catarina/>)

Informação 05 – Lira espera votar reforma administrativa até o final de agosto

Presidente da Câmara voltou a dizer que a proposta não vai atacar direitos adquiridos

03/08/2021 - 10:39 • Atualizado em 03/08/2021 - 11:00

O presidente da Câmara dos Deputados, [Arthur Lira \(PP-AL\)](#), disse nesta terça-feira (3) que espera votar a reforma administrativa (PEC 32/20) no Plenário da Casa até o final de agosto. Segundo ele, o texto vem sendo debatido de forma transparente com todos os parlamentares.

Lira lembrou que, no mês passado, [a Câmara aprovou a proposta que limita os chamados supersalários](#) como um pré-requisito para dar prosseguimento à aprovação da reforma administrativa.

O presidente da Câmara voltou a dizer que a proposta não vai atacar direitos adquiridos. “A reforma visa dar uma melhor condição de serviços do Estado e torná-lo mais leve e previsível, e que os investidores nacionais e internacionais saibam que os gastos serão contidos e vamos analisar os serviços, não o servidor. Não vamos atacar qualquer direito adquirido”, garantiu o presidente, afirmando que as mudanças trarão “um Estado mais ágil com regras mais modernas”.

Lira destacou ainda que, apesar de o calendário da reforma ser curto, em razão das eleições no ano que vem, a proposta pode ser aprovada até novembro pelas duas Casas do Legislativo. Segundo ele, depois de novembro, o Congresso vai discutir o Orçamento e entrar em recesso no fim do ano e, quando retornar, vai encontrar um País polarizado em razão da disputa eleitoral.

“Temos a obrigação de entregar as matérias estruturantes para o País até novembro, e depois com Orçamento, recesso, eleição, fica complicado, pois os interesses políticos se sobressairão”, ressaltou.

Judiciário

O presidente foi questionado ainda sobre a inclusão do Judiciário na reforma administrativa. Segundo Lira, é preciso que o Poder Judiciário encaminhe sua proposta para não correr o risco de extrapolar limites constitucionais. Arthur Lira disse ainda que, embora o lobby das categorias do funcionalismo público seja forte, “não é mais forte do que os fatos”.

Para o relator, [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#), negar a necessidade da reforma é negar que tenha havido mudanças tecnológicas na administração pública e desconhecer que a população não aprova os serviços públicos prestados a ela. Ele ressaltou que a estabilidade dos atuais servidores vai ser tratada de forma responsável pela comissão.

“Não queremos punir ninguém, mas podemos fazer uma equiparação entre o trabalho do serviço público e do serviço privado. Não há por que alguns terem direito de viver no mundo da fantasia e outros em outro mundo”, disse.

O presidente da CNI, Robson Andrade, ressaltou a importância da reforma administrativa para sinalizar para os investidores que o País vai avançar na eficiência dos serviços públicos e do equilíbrio fiscal, sobretudo, com um Congresso reformista.

“Precisamos adequar o Brasil às condições de outros países membros da OCDE, que são países que têm um sistema administrativo muito bem estruturado, com custos adequados e o retorno dos serviços para população”, disse Andrade.

O representante do Ministério da Economia Caio Paes de Andrade disse que a administração pública precisa da prerrogativa de avaliar os servidores e valorizar o bom funcionário. Segundo ele, atualmente, o servidor público tem uma avaliação mal feita e superficial.

“Hoje, cada servidor representa um compromisso financeiro para o contribuinte que dura 59 anos (serviço, aposentadoria e pensão). Passou no concurso público, 59 anos estável. Isso faz sentido?”, questionou Andrade.

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier -Edição - Natalia Doederlein

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/788961-lira-espera-votar-reforma-administrativa-ate-o-final-de-agosto/>)

Informação 06 – Comissão da Reforma Administrativa discute regras para contratações temporárias

04/08/2021 - 08:37

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a proposta de reforma administrativa ([PEC 32/20](#)) realiza nova audiência pública nesta quarta-feira (4) para discutir o preenchimento de cargos em comissão e funções de confiança e a contratação temporária de servidores.

[Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Chamada pelo governo de PEC da Nova Administração Pública, a proposta altera 27 trechos da Constituição e introduz 87 novos, sendo quatro artigos inteiros. As principais medidas tratam da contratação, da remuneração e do desligamento de pessoal, válidas somente para quem ingressar no setor público após a aprovação das mudanças.

[Assista no YouTube.](#)

Foram convidados para discutir o assunto com os deputados, entre outros: a diretora da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP), Vera Monteiro; o diretor da Fundação Lemann, Weber Sutti; e a subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, Iracema Keila Castelo Branco.

[Confira a lista completa de convidados](#)

O debate foi proposto pelos deputados [Gervásio Maia \(PSB-PB\)](#), [Alice Portugal \(PCdoB-BA\)](#), [Rogério Correia \(PT-MG\)](#), [Tiago Mitraud \(Novo-MG\)](#), [Sâmia Bomfim \(Psol-SP\)](#), [Ivan Valente \(Psol-SP\)](#), [Milton Coelho \(PSB-PE\)](#) e [Lincoln Portela \(PL-MG\)](#).

A audiência será realizada no plenário 2, a partir das 9h30.

Ontem representantes de servidores públicos de diferentes carreiras ouvidos pela comissão afirmaram que [temem demissões e pressão política com os novos regimes de contratação definidos pela proposta.](#)

A comissão

A Comissão da Reforma Administrativa [foi instalada no dia 9 de junho](#). Ela é presidida pelo deputado [Fernando Monteiro \(PP-PE\)](#) e tem como relator o deputado [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#).

O presidente da Câmara dos Deputados, [Arthur Lira \(PP-AL\)](#), já disse que [espera votar a proposta no Plenário da Casa até o final de agosto](#).

[Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

Da Redação - ND

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/789014-comissao-da-reforma-administrativa-discutira-regras-para-contratacoes-temporarias/>)

Informação 07 – Estabilidade e carreiras de Estado são tema de 18 emendas à reforma administrativa

Relator argumenta que reforma irá premiar bons servidores; oposição teme precarização do trabalho com o fim da estabilidade

03/08/2021 - 14:42 • Atualizado em 03/08/2021 - 21:30

A estabilidade de servidores públicos e a definição de carreiras típicas de Estado são o tema de 18 das 45 emendas apresentadas na Comissão Especial da Reforma Administrativa ([PEC 32/20](#)). Os deputados também se preocupam com o vínculo de experiência (7), a jornada e remuneração de servidores (assunto tratado em 6 emendas), aposentadoria e previdência (6), concurso ou seleção (6), férias e licenças (5 emendas), cargos comissionados ou de liderança e assessoramento (5).

Ainda há emendas sobre avaliação de desempenho, desligamento ou perda de cargo e cooperação com empresas privadas, entre outros temas. Várias das emendas tratam de carreiras específicas, incluindo profissionais de Segurança (6), da Justiça (5), da Saúde (2), professores (3 emendas) e militares (3).

[Entenda a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Atualmente, os servidores que passaram em concurso público ganham estabilidade depois de três anos de exercício do cargo. Depois disso, eles só perdem a vaga se houver uma sentença judicial transitada em julgado, um processo administrativo ou pelo procedimento de avaliação periódica de desempenho. No entanto, a proposta do Executivo limita a estabilidade apenas a carreiras típicas de Estado, que seriam definidas depois por lei complementar.

Impessoal

O relator da proposta de reforma administrativa, deputado [Arthur Oliveira Maia \(DEM-BA\)](#), avisou que a lei sobre estabilidade e demissão de servidores será impessoal. "Não será dado a nenhum chefe de plantão o direito de demitir por seu gosto, por sua vontade exclusiva. Tem que ter a avaliação do usuário do serviço público, o que é fácil por meio da internet e da tecnologia", propôs.

O relator lembrou que o Estado investe recursos para contratar um servidor por meio de concurso e deve recuperá-lo caso o desempenho não seja satisfatório. "A avaliação deve ser muito mais no sentido de premiar o funcionário que tenha um bom desempenho do que punir o mau desempenho", analisa.

Arthur Oliveira Maia ainda apontou para a necessidade de aprimorar os conceitos e critérios de avaliação dos funcionários públicos. "Não é razoável que a gente veja índices de analfabetismo funcional nas escolas brasileiras. Mas quando você fala em avaliar o professor, parece que você está jogando pedra na cruz", afirmou.

Preocupação

O deputado [Rogério Correia \(PT-MG\)](#) disse estar preocupado com a concepção do relator sobre o que seriam as carreiras de Estado. "Carreira exclusiva não tem nada a ver com estabilidade. Para o relator, professores e agentes de saúde não precisam de estabilidade. Isso me assusta. Trocar um professor não vai resolver o problema", criticou. "Assim, 80% dos servidores não vão ter estabilidade. Desmanchar a estabilidade terminaria com o serviço público, com a substituição pela iniciativa privada e precarização do trabalho."

Rogério Correia ainda nota que, mesmo para as carreiras típicas de Estado, a demissão não será mais por decisão judicial transitada em julgado, mas por ordem judicial colegiada. "Acaba com a presunção de inocência do servidor público", lamentou. Ele ainda observa que, segundo o texto da PEC, a avaliação de desempenho poderia ser feita "na forma da lei", e não por lei complementar.

"O governo poderia baixar uma medida provisória de demissão em massa, para fazer as contratações temporárias ou convênios com a iniciativa privada", teme.

O deputado [Tiago Mitraud \(Novo-MG\)](#) nota que, desde o envio da PEC, a estabilidade tem sido o ponto mais discutido e polêmico. "Não podemos tratar a estabilidade como a bala de prata que vai resolver todos os problemas do serviço público no Brasil, mas cabe a nós aprimorar este instrumento" ponderou.

Tiago Mitraud considera que as previsões atuais para perda de cargo são insuficientes, especialmente porque a avaliação de desempenho não foi regulamentada. Segundo ele, também seria necessário criar regras para extinguir cargos e carreiras que não são mais necessários porque se tornaram obsoletos.

"Temos de dar a capacidade de o Estado se reorganizar. Estabilidade não é um privilégio, mas um instrumento necessário para preservação do interesse público. Infelizmente, o cargo público é almejado não pelo interesse público, mas porque a estabilidade dá a tranquilidade para não apresentar resultados."

Pressões políticas

O deputado [Luis Miranda \(DEM-DF\)](#) defendeu a estabilidade como meio de proteger os servidores de pressões políticas. Ele afirmou que seu irmão, o servidor concursado do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda, foi atacado e ameaçado por apresentar denúncias de irregularidade na compra da vacina indiana Covaxin. "Se não fosse a estabilidade, certamente teria sido demitido", argumentou.

Luis Miranda ainda defendeu que os cargos de chefia fossem limitados a funcionários de carreira. "Quem tem poder, manda, desmanda, humilha e coloca em xeque a vida da pessoa e de seus familiares e filhos. Que servidor público, sabendo que poderia perder o emprego, vai cumprir com suas obrigações?", questionou.

Argumentos

Além da proteção contra perseguições políticas, entre os principais argumentos a favor da estabilidade estão a continuidade para implementar políticas públicas, a atração de profissionais qualificados, a manutenção da memória da organização e a igualdade no tratamento entre servidores. Já os críticos dizem que a estabilidade leva à perda de motivação dos servidores, impunidade para servidor com baixo desempenho, aumenta o poder burocrático, leva a tratamento desigual com trabalhadores do setor privado e aumenta o gasto público com a folha de pagamento.

Os custos com o funcionalismo estão entre os principais argumentos do governo contra a estabilidade. O secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Leonardo José Mattos Sultani, afirmou que apesar de 12,5% dos trabalhadores atuarem no setor público, esses servidores gastam 13,4% do PIB. "A estabilidade se equipara a um contrato vitalício", comparou.

Quase 87% dos servidores são estáveis e a administração pública federal já dispõe de mais inativos do que ativos em seus quadros (52,9% são inativos). O secretário informou que o Brasil gasta R\$ 8,2 bilhões por ano com 69 mil servidores ativos em cargos extintos.

Sultani lembrou que o Congresso deverá regulamentar as hipóteses de perda do cargo em lei complementar. "Impossível o desligamento do servidor por motivação político partidária. A lei vai eliminar as possibilidades de perseguição pessoal, pressões corporativas ou político partidárias", disse.

ESTABILIDADE DE SERVIDORES



Arte: Thiago Fagundes/Agência Câmara.

28/7/2021

Correção: A versão inicial deste texto informava que havia 62 emendas à proposta de reforma administrativa. Realmente foram apresentadas 62 emendas, mas apenas 45 atingiram o número mínimo exigido de assinaturas, que é 171.

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/789039-estabilidade-e-carreiras-de-estado-sao-tema-de-18-emendas-a-reforma-administrativa/>)

Informação 08 – Servidores temem demissões e pressão política com reforma administrativa

Proposta é analisada por uma comissão especial da Câmara dos Deputados

03/08/2021 - 22:13

Representantes de servidores públicos de diferentes carreiras afirmaram aos deputados da comissão especial da reforma administrativa que temem demissões e pressão política com os novos regimes de contratação definidos pela [PEC 32/20](#), do Poder Executivo. Em audiência pública nesta terça-feira (3), os debatedores se dividiram entre pedidos de rejeição total da reforma administrativa e a sugestão de alternativas para modernizar o serviço público por outros projetos de lei.

A [PEC 32/20](#) divide o serviço público entre carreiras típicas de Estado e servidores contratados por prazo indeterminado. No entanto, a estabilidade é limitada apenas à primeira categoria, que ainda será definida por lei complementar.

O deputado Professor [Israel Batista \(PV-DF\)](#) considera o debate sobre a estabilidade perigoso e infrutífero. "A estabilidade é essencial para toda a equipe. O auditor pode dar uma multa, mas o servidor administrativo colocar a multa no fundo da gaveta a pedido do governador", argumentou. Já o deputado [Rogério Correia \(PT-MG\)](#) defendeu a manutenção da estabilidade para os professores. "Quebrar a estabilidade será um desastre e vai destruir a educação", alertou.

Disputas

Secretária da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Rosilene Corrêa Lima afirmou que a divisão das carreiras do serviço público pode gerar disputas entre os servidores. "A PEC abre as portas para terceirização e contratação precária", criticou. Ela afirmou que a mudança significa a volta do regime de contratação anterior à Constituição de 1988, que era marcado pelo crivo político. "Fui contratada como professora em Goiás em 1982 ainda sem concurso. Quando o governo mudou, houve demissão em massa. Ficamos reféns da vontade de um governador", lembrou. Rosilene Corrêa Lima ainda afirmou que teme o clientelismo e o assédio no trabalho. "Qual critério o gestor vai adotar para permanência no serviço público?", indagou.

O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Edvandir Felix De Paiva, questionou os números apresentados pelo governo para defender a reforma administrativa. Ele afirmou que a [PEC 32/20](#) ameaça a autonomia da Polícia Federal ao permitir a mudança de cargos por decreto. "Vai ser a destruição da Polícia Federal", alertou. "A estabilidade não é privilégio. Custo a imaginar que o Parlamento vai dar um cheque em branco para o governo agir por decreto."

Precarização

A professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Cibele Franzese observou que estados e municípios já usam outros regimes jurídicos para serviços de saúde e educação, especialmente em creches. Ela citou dados do Conselho Nacional de Secretarias Estaduais de Saúde (Conass) observando que apenas 54,9% dos trabalhadores estaduais de saúde são estatutários. "O cargo por tempo indeterminado existe em vários países, mas não se sabe se vai precarizar o trabalhador. Não é o remédio para o baixo desempenho e não fortaleceria as áreas sociais que prestam serviço à população."

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, teme que a [PEC 32/20](#) incentive a corrupção por causa da precarização dos vínculos. "É um vale-tudo na área pública que nós não podemos permitir." Rudinei Marques apoiou emenda à proposta, apresentada pelo deputado [Lincoln Portela \(PL-MG\)](#), que preserva a estabilidade de cargos que já são previstos na Constituição e permite que outros sejam acrescentados por lei complementar.

Alternativas

O presidente da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal (Febrafisco), Unadir Gonçalves Junior, também criticou a ausência de conceito da carreira típica de Estado, que ainda será definido por lei complementar. "Com a proteção insuficiente para função pública nos demais vínculos haverá aumento do personalismo. É uma ferramenta do patrimonialismo, clientelismo e autoritarismo", criticou.

O consultor legislativo para Economia do Trabalho Pedro Fernando de Almeida Nery Ferreira ponderou que o uso de regras típicas do setor privado não impede que seja oferecido serviço público gratuito, universal e de qualidade. "No modelo atual há risco de ineficiência, mas no novo modelo há risco de pessoalidade", observou. Ferreira sugeriu alternativas para PEC 32, como a votação do PLP 92/07, que cria a figura das "fundações estatais" para apoio a ações sociais, e do PLP 248/98, que permite a demissão de servidor público estável no caso de desempenho insuficiente.

Outras alternativas seriam manter o sistema atual, com a revisão do número de faltas permitidas sem justificativa, e a ampliação do alcance do Portal da Transparência, que poderia incluir informações sobre jornada, presença, produtividade e até avaliações de desempenho de servidores.

Reportagem - Francisco Brandão - Edição - Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/789620-comissao-debate-avaliacao-e-desempenho-de-servidores-publicos/>)

3 – Situação atual que se encontra (Comissão Especial da PEC 32)

SITUAÇÃO

Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

CAMINHO DA PROPOSTA
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Início
CCJC
CESP → ESTÁ AQUI
Plenário Virtual
COMISSÃO ESPECIAL - PEC 032/20 - REFORMA ADMINISTRATIVA
Encerrado o prazo para apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição (de 10/06/2021 até o encerramento da 75ª Sessão Deliberativa Extraordinária, no dia 07/07/2021). Foram apresentadas 41 emendas. As emendas de nºs 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 35, 37, 38 e 39 não atingiram o quórum mínimo de assinaturas.
Ver menos
Chegou à comissão em: 09/06/2021
SENADO FEDERAL
Não há tramitação no Senado

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 07/07/2021
Talíria Petrone (PSOL-RJ)
- 07/07/2021
Darci De Matos (PSD-SC)
- 07/07/2021
Leo De Brito (PT-AC)
- 07/07/2021
Alessandro Molon (PSB-RJ)
- Mais discursos

Segue abaixo o link do relatório completo:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2009387

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

- Data:

- 03/08/2021

Andamento:

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSIÇÕES SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" (PEC03220)

- Aprovado requerimento n. 113/2021 do Sr. Rogério Correia que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa), com o intuito de ouvir o senhor José Gozze, Presidente da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - ASSETJ e Presidente da A PÚBLICA Central do Servidor.
- Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 114/2021, pela Deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), que "Requer a realização a inclusão de debatedor nas audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos, a ser realizada na Comissão Especial destinada a apreciar a PEC 32/2020. Convidado: Dr. Vicente Martins Prata Braga, representante da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal – ANAPE". **Inteiro teor**

• **Data:**

04/08/2021

Andamento:

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32-A, DE 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA DISPOSIÇÕES SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA" (PEC03220)

- Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 115/2021, pelo Deputado Leonardo Gadelha (PSC/PB), que "Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Especial destinada a debater a PEC nº 32, de 2020, com representantes da Associação Nacional dos Agentes de Trânsito. Convidado: Antônio Coelho Meireles Neto, presidente da Associação Nacional dos Agentes de Trânsito (AGTBRASIL)". [Inteiro teor](#)

5 – Enquete da PEC 32

[Página Inicial](#) / [Atividade Legislativa](#) / [Projetos de Lei e Outras Proposições](#) / [PEC 32/2020](#)

Acesse a nova versão da ficha de tramitação

mais fácil de entender

[Cadastrar para acompanhamento](#) | [Versão anterior da ficha](#) | [Versões para impressão](#) ▼

PEC 32/2020 | [Inteiro teor](#)

Proposta de Emenda à Constituição

Situação: Aguardando Instalação de Comissão Temporária; Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 32-A, de 2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa" (PEC03220)

Acessóri de:

 PROPOSTA APROVADA
 PROPOSTA REJEITADA

 **PEC**
32/2020

O QUE VOCÊ
ACHA DISSO?

[Responda](#)

Sessões e Reuniões

25/05/2021 - 06h00
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Reunião Deliberativa Extraordinária (virtual)

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

Você já votou no site da Câmara contra a Reforma Administrativa PEC 32?

Veja a tramitação

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?

Concordo totalmente

Concordo na maior parte

Estou indeciso

Discordo na maior parte

Discordo totalmente

VOTAR

**CANCELA
A REFORMA**
Já!

6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado) - 03 de agosto

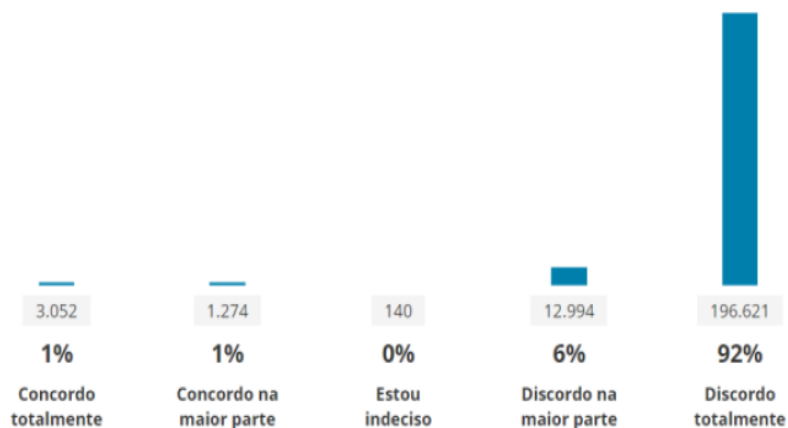
CÂMARA DOS DEPUTADOS

ENQUETE DA PEC 32/2020

Veja a tramitação | Entenda a proposta

RESULTADO

Resultado parcial : desde 03/09/2020




FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>


7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ e na COMISSÃO ESPECIAL

REUNIÕES ANTERIORES


É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>


ASSISTA 




Condições para Aquisição de Estabilidade no Serviço Público



Concurso Público e Vínculo de Experiência



Audiência Pública com o Ministro Paulo Guedes



Magistratura, MP, TC, Advocacia Pública, Defensoria, Mandatos Eletivos

Todas as transmissões →

CONTATO
PEC 032/20 - REFORMA ADMINISTRATIVA
Secretário-executivo: Lucas Paranhos Quintella
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, Sala 165
Telefones: (61) 3216-6206

56ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes
Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900
CNPJ: 00.530.352/0001-59

Disque-Câmara: 0800-0-619-619, de 8h às 20h
Atendimento presencial: de 9h às 19h

TRANSMISSÕES

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/webcamara/arquivos/pesquisa-avancada/resultadoSinais?assunto=&comissao=538928&tipo=&local=&orador=&periodo=1&dataIni=01/01/2021&dataFin=31/12/2021&form.submitted=1&form.button.pesquisar=Pesquisar>

8 – Acesso aos documentos e apresentações ocorridas nas reuniões da Comissão Especial da PEC 32

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Audiência Pública de 03/08/2021: Carreiras típicas de Estado e servidores contratados por prazo indeterminado

- [Cibele Franzese](#), Professora da Fundação Getúlio Vargas - FGV;
- [Unadir Gonçalves Junior](#), Presidente da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal – FEBRAFISCO.

Audiência Pública de 14/07/2021: Condições para Aquisição de Estabilidade no Serviço Público

- [Leonardo José Mattos Sultani](#), Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;
- [Leonardo Secchi](#), Presidente da Sociedade Brasileira de Administração Pública - SBAP;
- [Alketa Peci](#), Professora da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE-FGV.

Audiência Pública de 13/07/2021: Concurso público e vínculo de experiência

- [Felipe Drumond](#), Consultor da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa;
- [Lademir Gomes da Rocha](#), Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais - ANAFE;
- [José Celso Pereira Cardoso Junior](#), Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea - AFIPEA.
 - [Artigo: PEC 32/2020 e a volta do Estado liberal-patrimonial-oligárquico no Brasil](#)
 - [Artigo: Concursos Públicos, Profissionalização Burocrática e Desempenho Institucional: Reforma administrativa CF/1988 versus PEC 32/2020](#)
 - [Artigo: A Estabilidade Funcional dos Servidores nos Cargos Públicos](#)

Audiência Pública de 06/07/2021: Regime jurídico da magistratura, dos membros do Ministério Público, dos membros dos Tribunais de Contas, dos advogados públicos, dos defensores públicos e dos titulares de mandatos eletivos

- [Renata Gil de Alcantara Videira](#), Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB
- [Clóvis dos Santos Andrade](#), Presidente da Associação Nacional dos Advogados da União - ANAUNI

- **Daniel Mitidieri Fernandes de Oliveira**, Procurador Municipal e Advogado no Rio de Janeiro

Audiência Pública de 30/06/2021: Intervenção do Estado no domínio econômico, parcerias celebradas pela Administração Pública e celebração de contratos de desempenho (acréscimo do § 6º ao art. 173 da Constituição, acréscimo do art. 37-A à Constituição e redação atribuída pela PEC ao § 8º do art. 37 da Constituição)

- **Bráulio Cerqueira**, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle - UNACON

Audiência Pública de 22/06/2021: Inovação na Administração Pública

- **Caio Mario Paes de Andrade**, Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia
- **Pedro Pontual**, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - ANESP
- **Diogo Costa**, Presidente da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
- **Élida Graziane Pinto**, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo
- **José Henrique Nascimento**, Líder de Causas no Centro de Liderança Pública - CLP

9 – Agenda do dia de hoje da COMISSÃO ESPECIAL

Tema:

Avaliação de Desempenho e Qualificação de Servidores Públicos

Local:

Anexo II, Plenário 02

Início:

05/08/2021 às 10h00

Situação:

Convocada

Informações:

A - Audiência Pública

Tema: Avaliação de desempenho e qualificação de servidores públicos

RENATA VILHENA, Professora da Fundação Dom Cabral e ex-Secretária de Planejamento de Minas Gerais (REQ 48/21);

FERNANDO FREITAS, Coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE (REQs 4, 7, 24, 34, 57 e 58/19);

HUMBERTO MARTINS, Professor da Fundação Dom Cabral (REQ 48/21);

ISMAR VIANA, Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC (REQ 28/21);

RICARDO DE OLIVEIRA, ex-Secretário de Saúde do Espírito Santo (REQ 48/21); e

JOSÉ GOZZE, Presidente da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - ASSETJ e Presidente da A PÚBLICA Central do Servidor (REQ 113/21).

(Requerimento nº 4/2021, do Dep. Tadeu Alencar)
(Requerimento nº 7/2021, da Dep. Alice Portugal)
(Requerimento nº 24/2021, do Dep. Rogério Correia e outros)
(Requerimento nº 28/2021, do Dep. Paulo Teixeira)
(Requerimento nº 34/2021, do Dep. Rui Falcão)
(Requerimento nº 48/2021, do Dep. Tiago Mitraud)
(Requerimento nº 57/2021, da Dep. Sâmia Bomfim e do Dep. Ivan Valente)
(Requerimento nº 58/2021, da Dep. Sâmia Bomfim e do Dep. Ivan Valente)
(Requerimento nº 113/2021, do Dep. Rogério Correia)

B - Deliberação de Requerimentos (estão sujeitos a pauta os requerimentos apresentados com antecedência de 24 horas à reunião).

Tema:

Seminário Estadual - Santa Catarina

Local:

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC

Início:

05/08/2021 às 17h00

Situação:

Convocada

Informações:

Seminário Estadual - Santa Catarina

Tema: Reforma Administrativa

Horário: 17h

Local/Endereço: Auditório da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC. Rodovia Admar Gonzaga, 2765, Itacorubi, Florianópolis/SC

Coordenador: Deputado Darci de Matos (PSD/SC)

- 1) MARIO CEZAR DE AGUIAR, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC;
- 2) CLENILTON CARLOS PEREIRA, Prefeito de Araquari/ SC e Presidente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM;
- 3) GERALDO PAES PESSOA, Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais do SINDIRECEITA;
- 4) HÉLIO LENTZ PUERTA NETO, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina - SINJUSC; e
- 5) IVAN ROBERTO TAUFFER, Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina - FCDL/SC.

(Requerimento nº 19/2021, do Dep. Rogério Correia e outros)

56ª

Segundo o Plano de Trabalho da Comissão, as atividades já foram reiniciadas a partir de 03 de agosto.

PLANO DE TRABALHO

Roteiro de audiências públicas para debater temas relacionados à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20:

22.06.2021 - Inovação na administração pública

29.06.2021 - Intervenção do Estado no domínio econômico, parcerias celebradas pela administração pública e celebração de contratos de desempenho (acréscimo de § 6º ao art. 173 da Constituição, acréscimo de art. 37-A à Constituição e redação atribuída pela PEC ao § 8º do art. 37 da Constituição).

30.06.2021 – Presença do ministro Paulo Guedes (data sugerida)

06.07.2021 - Regime jurídico da magistratura, dos membros do Ministério Público, dos membros dos Tribunais de Contas, dos advogados públicos, dos defensores públicos e dos titulares de mandatos eletivos

07.07.2021 - Regime jurídico dos militares das Forças Armadas e dos militares dos Estados e do Distrito Federal

13.07.2021 - Concurso público e vínculo de experiência

14.07.2021 - Condições para aquisição de estabilidade no serviço público

03.08.2021 - Carreiras típicas de Estado e servidores contratados por prazo indeterminado

04.08.2021 - Contratação temporária, cargos em comissão e funções de confiança

11.08.2021 - Avaliação de desempenho e qualificação de servidores públicos

12.08.2021 - Regime próprio de previdência social

17.08.2021 - Situação dos empregados públicos na reforma

18.08.2021 - Efeitos da reforma sobre os atuais servidores federais, estaduais e municipais

19.08.2021 - Regulamentação da reforma

Sala das Comissões, em 17 de junho de 2021

Deputado Arthur Oliveira Maia